

## 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 2026



### DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR

### CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS

De Gustavo Luiz Mafra de Jesus -  
Secretário Municipal de Cultura,  
Turismo e Lazer, ofício nº  
029/2026, fazendo comunicação.

De Conselho Tutelar dos Direitos  
da Criança e do Adolescente, ofício  
nº 162/2026, encaminhando a

escala de plantão do mês de abril de 2026.

### MATÉRIA DO LEGISLATIVO

#### PARECERES

Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

-Favorável ao Substitutivo do Projeto de Lei Ordinária nº 13/2026:

“Dispõe sobre o reaproveitamento, movimentação, alienação e outras formas de desfazimento de bens móveis no âmbito da Administração Pública do Município de Conceição do Rio Verde, e dá outras providências”

-Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2026:

“Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – PROREFIS para o ano de 2026 e dá outras providências”

Da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E TOMADAS DE CONTAS:

-Favorável ao Substitutivo do Projeto de Lei Ordinária nº 13/2026:

“Dispõe sobre o reaproveitamento, movimentação, alienação e outras formas de desfazimento de bens móveis no âmbito da Administração Pública do Município de Conceição do Rio Verde, e dá outras providências”

-Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2026:

“Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – PROREFIS para o ano de 2026 e dá outras providências”

**Da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS:**

-Favorável ao Substitutivo do Projeto de Lei Ordinária nº 13/2026:

“Dispõe sobre o reaproveitamento, movimentação, alienação e outras formas de desfazimento de bens móveis no âmbito da Administração Pública do Município de Conceição do Rio Verde, e dá outras providências”

-Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2026:

“Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – PROREFIS para o ano de 2026 e dá outras providências”

## **MATÉRIA DA ORDEM DO DIA**

Em 1ª discussão e votação o Substitutivo do Projeto de Lei Ordinária nº 13/2026:

“Dispõe sobre o reaproveitamento, movimentação, alienação e outras formas de desfazimento de bens móveis no âmbito da Administração Pública do Município de Conceição do Rio Verde, e dá outras providências.”

Em 1ª discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 4/2026:

“Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – PROREFIS para o ano de 2026 e dá outras providências”

Em 2ª discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 4/2026:

“Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – PROREFIS para o ano de 2026 e dá outras providências”

## **INDICAÇÕES**

Nº 78/2026 do Vereador Luciano dos Reis Bento, "Sugerir a elaboração de um Projeto de Lei que disponha sobre "A isenção total ou redução progressiva da alíquota do ITBI

(Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) para famílias de baixa renda e beneficiários de programas habitacionais de interesse social.".

Nº 88/2026 do Vereador José Augusto Lucas Maia Balbino, "Que determine ao setor competente que seja realizada ampla divulgação, em todos os setores e pontos públicos municipais, do número de telefone e/ou WhatsApp da empresa responsável pelos serviços de manutenção e substituição de lâmpadas queimadas ou apagadas dos postes do município".

Nº 89/2026 do Vereador Klemylson Benedito Garcia Paganelli, "Que sejam adotadas as providências necessárias para a implantação de um programa municipal de recolhimento, manejo e destinação adequada de cães abandonados nas vias públicas do município e a possibilidade de construção de um CANIL".

Nº 90/2026 do Vereador Klemylson Benedito Garcia Paganelli, "QUE SE ESTUDE A POSSIBILIDADE DE REALIZAR MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL "DILERMANDO OLIVEIRA" COMO:  
TROCAS DE LÂMPADAS DOS REFLETORES;  
REVISÃO DE TODA PARTE ELÉTRICA;  
E AINDA A POSSIBILIDADE DA TROCA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO ATUAL PELA ILUMINAÇÃO DE LED.

Nº 91/2026 do Vereador José Roberto Ribeiro Pereira, "Que seja providenciada a instalação de placas de sinalização indicativas de estacionamento em todos os prédios públicos, bem como nas imediações do hospital, escolas, agências bancárias, consultórios e principais comércios do município, com vagas destinadas preferencialmente a idosos e pessoas com deficiência".

Nº 92/2026 do Vereador José Roberto Ribeiro Pereira, "QUE SEJA FEITA MANUTENÇÃO URGENTE NA REDE DE ESGOTO QUE LIGA A RUA JOSÉ SATIRO COM A RUA ÂNGELO GRACIANO GONÇALVES, SENTIDO RIO VERDE".

Nº 94/2026 dos Vereadores Lindomar Pereira de Carvalho, Klemylson Benedito Garcia Paganelli, Miriam Sueli Bernardes da Rocha e Roberto Delmiro de Lima, "Que seja construída uma quadra na Escola Municipal Cônego Cândido Silva do bairro Carlos Eloy Guimarães (Estação)".

Nº 95/2026 dos Vereadores Miriam Sueli Bernardes da Rocha, Lindomar Pereira de Carvalho e Roberto Delmiro de Lima, "QUE SEJA FEITA AVALIAÇÃO DO ESCOAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA POIS A RUA É SEM SAÍDA E NÃO POSSUI

BUEIROS, BEM COMO A TROCA DO POSTE ATUAL DA TRAVESSA DA RUA CLÉLIO CAPISTRANO ALCKMIN, DO BAIRRO VALE DO SOL".

Nº 96/2026 do Vereador Luciano dos Reis Bento, "QUE SEJA REALIZADO A LIMPEZA DA VIA E PRINCIPALMENTE A DESOBSTRUÇÃO DOS BUEIROS E LOCAIS DE ESCOAMENTO DE ÁGUA DA RUA ANTÔNIO ROMÃO DE BRITO NO BAIRRO DA BIQUINHA".

## **REQUERIMENTOS**

Nº 17/2026 do Vereador Klemylson Benedito Garcia Paganelli, Que forneça cópia integral das prestações de contas relativas às emendas parlamentares impositivas executadas no Município no ano de 2025. O presente requerimento fundamenta-se na Lei Municipal nº 2.248, de 12 de junho de 2025, que dispõe sobre a regulamentação da prestação de contas das emendas impositivas. Nos termos da referida lei, as entidades beneficiadas ficam obrigadas a apresentar prestação de contas contendo, no mínimo, relatório de execução do objeto, demonstrativo da aplicação dos recursos, notas fiscais e comprovantes de pagamento, bem como extratos bancários da conta específica.

Diante disso, requer-se o envio dos seguintes documentos:

1. Relatório de execução do objeto;
2. Demonstrativo da aplicação dos recursos;
3. Notas fiscais e comprovantes de pagamento;
4. Extratos bancários das contas específicas;
5. Parecer técnico conclusivo emitido pela Controladoria ou setor competente;
6. Resultado da análise da prestação de contas final.

Tal solicitação visa assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, publicidade e transparência, bem como possibilitar o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

## **MATÉRIA ENVIADA PARA PARECER**

Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Lei Ordinária nº 18/2026:

"Institui o "Programa Calçada Para Todos", regulamentando a padronização da pavimentação de calçadas no Município de Conceição do Rio Verde, e dá outras providências".

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2026:  
“Dispõe sobre a ampliação da transparência na utilização de imóveis locados pela Administração Pública Municipal e incentiva sua identificação por meio de sinalização informativa, e dá outras providências”

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Decreto nº 1/2026:  
"Susta os efeitos do Decreto nº 3.551, de 17 de março de 2026, do Poder Executivo Municipal"

Da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E TOMADAS DE CONTAS:

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Lei Ordinária nº 18/2026:  
"Institui o “Programa Calçada Para Todos”, regulamentando a padronização da pavimentação de calçadas no Município de Conceição do Rio Verde, e dá outras providências".

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2026:  
“Dispõe sobre a ampliação da transparência na utilização de imóveis locados pela Administração Pública Municipal e incentiva sua identificação por meio de sinalização informativa, e dá outras providências”

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Decreto nº 1/2026:  
"Susta os efeitos do Decreto nº 3.551, de 17 de março de 2026, do Poder Executivo Municipal"

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS:

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Lei Ordinária nº 18/2026:  
"Institui o “Programa Calçada Para Todos”, regulamentando a padronização da pavimentação de calçadas no Município de Conceição do Rio Verde, e dá outras providências".

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2026:  
“Dispõe sobre a ampliação da transparência na utilização de imóveis locados pela Administração Pública Municipal e incentiva sua identificação por meio de sinalização informativa, e dá outras providências”

- Enviado em 13/04/2026 o Projeto de Decreto nº 1/2026:  
"Susta os efeitos do Decreto nº 3.551, de 17 de março de 2026, do Poder Executivo Municipal"

## **ENTREGA DE MOÇÃO**

### **ORADORES INSCRITOS**

Plenário Lúcio Bernardes Carneiro, 13 de abril de 2026.

VEREADOR LUCIANO DOS REIS BENTO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Conceição do Rio Verde, 10 de Abril de 2026.

**Autor: ASSESSORIA DE IMPRENSA**